

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E O SISTEMA PÚBLICO EDUCACIONAL

INTELLECTUAL DISABILITY AND PUBLIC EDUCATION

Sônia Maria Rodrigues Simioni¹

Tárcia Regina da Silveira Dias²

Resumo

A adaptação curricular a partir do currículo comum no atendimento de alunos com deficiência intelectual/síndrome de Down/ é uma condição facilitadora. Este estudo aconteceu numa escola pública estadual do Estado de São Paulo. Caracterizou-se como pesquisa qualitativa descritiva. Participaram: uma professora, um aluno com síndrome de Down e demais alunos da classe. Os instrumentos de coleta de dados foram videogravações e para análise dos dados, utilizou-se a abordagem microgenética. Os resultados demonstraram que a adaptação curricular contribui para o desenvolvimento escolar do aluno com síndrome de Down na sala de aula comum da rede pública estadual.

Palavras-chave: Adaptação Curricular. Deficiência Intelectual. Escola Pública.

Abstract

The curriculum adaptation from the common curriculum in the care of students with intellectual disability/Down syndrome is a facilitator condition. The present study happened in a public school in the State of São Paulo. It was characterized as descriptive qualitative research. A teacher, a student with Down syndrome and other students in the class participated. The data collection instruments were video recordings and for data analysis were used micro genetic approach. The results showed that curriculum adaptation helps the student's academic development with Down syndrome in the common classroom of public schools.

Keywords: Curriculum Adaptation. Intellectual. Disability. Public School.

A educação inclusiva no Brasil intensifica-se a partir da década de 1990 com o Movimento Mundial da Educação para Todos, a Declaração de Salamanca (1994), dentre outros. A partir desse período foram promulgadas leis, decretos, resoluções e pareceres que nortearam essas mudanças asseguradas por legislação específica (BRASIL, 1996; 1988; HEREDERO, 2010).

¹ Pós-doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo-USP- Ribeirão Preto; Doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos-UFSCAR, São Carlos; Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Moura Lacerda – CUML. Ribeirão Preto-SP. smrsimioni@gmail.com - Rua Zilda de Souza Rizzi, 951, quadra 4, casa 13, Jardim Interlagos, Ribeirão Preto/SP.

² Profa Dra (aposentada) do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Moura Lacerda– CUML. Ribeirão Preto-SP.

A partir desse princípio, o sistema regular de ensino deveria atender todos os alunos sem distinção de cor, etnia, religião, condições físicas, psicológicas e patológicas, respeitando as suas individualidades e visando o bem comum (BRASIL, 1988).

As diretrizes da educação inclusiva são para atender a todos os alunos de acordo com suas potencialidades e necessidades, cabendo à escola, com sua equipe e por meio de sua proposta pedagógica, desenvolver práticas voltadas para os princípios da igualdade de oportunidades.

Muito embora as escolas da rede regular tenham recebido alunos com deficiência, ainda existe uma parcela significativa desse público que está matriculada, frequenta essas escolas e estão excluídos, ou seja, integram as salas de aula e são ignorados. Sob essas condições ocorre uma inclusão excludente, na qual esses alunos com deficiência podem carregar o rótulo de incapazes, imposto por um sistema educacional que não favorece a educação de todos. Os estereótipos impedem ações nas salas de aula que contribuam para o desenvolvimento das potencialidades dos alunos, em particular dos alunos com deficiência (SOUZA, 2003).

Nesse sentido, Mendes (2010, p.106) afirma que:

[...] os poucos alunos com necessidades educacionais especiais que têm tido acesso a algum tipo de escola não estão recebendo uma educação apropriada, seja por falta de profissionais qualificados ou mesmo pela falta generalizada de recursos.

Sob esse quadro, quando Souza (2003) chama a atenção sobre a ocorrência de exclusão dos alunos com deficiência na escola regular, Mendes (2010) aponta a falta de profissionais qualificados pela formação para esses alunos e a falta de recursos para implementar uma educação de qualidade. A pesquisadora afirma também que, relativamente, ainda são poucas as pessoas com necessidades educacionais especiais frequentando algum tipo de escola, seja escola especial ou regular.

Assim pensando, a inclusão escolar de pessoas com deficiência intelectual no sistema regular de ensino público ainda precisa superar muitos desafios.

Segundo Omote (2006), um desses desafios é a dificuldade em lidar com as diferenças individuais, uma vez que os “procedimentos instrucionais” são padronizados e as classes são compostas por um público heterogêneo. Esse pesquisador chama a atenção para a necessidade de a escola lidar com uma diversidade de diferenças, desde as que representam

aspectos favoráveis para a inserção no sistema regular de ensino, com alunos beneficiados, até aquelas que impossibilitam esse processo, pois a pessoa precisa de outras formas de atendimento e cuidados que não envolvem o escolar.

Considerando que, de acordo com os dados do Censo de 2009, os alunos com deficiência intelectual são o maior contingente na educação especial e a necessidade da proposição de métodos apropriados para se lidar com a diversidade, acredita-se que seja relevante o estudo de métodos que contribuam para a evolução escolar dessa parcela de cidadãos que também têm seu direito garantido constitucionalmente de frequentar as escolas para adquirir maior autonomia na sua vida em sociedade (INEP, 2009).

Na busca dessa maior autonomia para a pessoa com deficiência, Heredero (2010) afirma que as estratégias para a escola inclusiva consistem nas adaptações curriculares. Para o autor essas adaptações se fundamentariam no currículo comum instituído nas salas regulares e aos alunos com deficiência seriam aplicadas as acomodações dos conteúdos e atividades que poderiam aprender.

Entre essas adaptações, Heredero (2010) menciona desde mudanças pouco significativas em relação ao currículo desenvolvido na sala de aula até aquelas que envolvem adequações relevantes:

[...] são aquelas adaptações que consistem, principalmente, na eliminação dos conteúdos essenciais, ou nucleares e objetivos gerais, que consideram básicos nas diferentes matérias curriculares, e a conseguinte modificação dos respectivos critérios de avaliação (HEREDERO, 2010, p.204).

Para Garcia (2006), há de se tomar cuidado que em nome das adaptações curriculares para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, ocorra o empobrecimento do currículo no que diz respeito à qualidade do ensino e o direito negado a essa categoria de acesso ao conhecimento historicamente e culturalmente construído pela sociedade, pois:

Isso pode significar uma minimização das aprendizagens propostas para grande parte dos alunos, na direção de um empobrecimento dos conteúdos a serem trabalhados na educação básica, envolvendo questões como a distorção idade/série, evasão e repetência, aceleração de aprendizagem, entre outras (GARCIA, 2006, p. 306).

Segundo Marchesi (2008), a inclusão escolar de alunos com deficiência requer adequação curricular para que esse aluno sinta que faz parte do contexto da sala de aula,

convive, interage e participa do cotidiano de sua classe. Assim, para o autor torna-se relevante as adaptações curriculares a partir de um currículo comum a todos e de metodologia diferenciada que atenda aos alunos nas suas necessidades.

Como discutido por Glat e Pletsch (2010), são necessárias pesquisas (pesquisa-ação) em parceria com os envolvidos na investigação, ou seja, o pesquisador e os agentes que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem. Esse caminho de investigação resultaria em práticas efetivas e validadas que demonstrariam o processo de incluir alunos que apresentam deficiência intelectual.

Para o direcionamento de ensino efetivo e eficaz, pautado numa metodologia de pesquisa-ação ou estudo de caso (MANZINI, 2011), é necessário esclarecer na prática docente experiências positivas de adaptação curricular para alunos com deficiência intelectual/síndrome de Down. Ou seja, cabe indagar: Quais condições, no momento atual, as pessoas com síndrome de Down e com deficiências de modo geral, encontram nas escolas regulares? Acredita-se que ainda prevaleça a exclusão e o preconceito, tanto nas escolas como na sociedade.

Neves (2010) afirma que as pessoas com deficiência intelectual ainda são tratadas como eternas crianças, sendo tuteladas por adultos que as direcionam: permanecem na condição de dependentes. A pesquisadora advoga a necessidade de ações que possam desencadear a formação e preparo desse público para lutarem por condições dignas na sociedade. Para isso, o contexto no qual vivem deve dar oportunidades e respeitar a individualidade das pessoas que apresentam deficiência intelectual.

A história das pessoas com deficiência, no decorrer dos tempos, foi constituída com base nos princípios da segregação e do abandono. Ainda segundo Neves (2010), a mobilização dos grupos minoritários, os movimentos sociais têm possibilitado a conquista de melhores condições. Nessa perspectiva muito se conquistou, contudo faz-se necessário avançar ainda mais.

No caso da pessoa com síndrome de Down, Duarte (2008) discute que durante décadas essa síndrome foi considerada deficiência mental severa. Os prognósticos eram “imprecisos” e prevalecia uma visão estereotipada dessas pessoas. Contudo, com os estudos na área, constatou-se que em alguns indivíduos com essa síndrome o comprometimento intelectual era leve e se aproximava dos limites da normalidade. Em outros casos, havia maior

comprometimento, por exemplo, nos casos em que a síndrome acontecia pela trissomia do cromossomo 21.

Também para Duarte (2008), o maior comprometimento ainda podia decorrer do fato da síndrome estar associada ao sistema neurológico ou por esses alunos acabarem privados de interação social, tanto familiar como escolar, que beneficiasse o desenvolvimento. Alega a pesquisadora, contudo, que são inúmeros os fatores que podem favorecer as “situações de aprendizagem” na escola. Para ocorrer um trabalho pedagógico apropriado, os professores devem estar atentos e buscarem conhecer as potencialidades desses alunos.

A partir dessas considerações e embasados em preceitos legais, de garantir e criar situações de favorecimento ao aluno com deficiência intelectual pela constituição de contexto inclusivo, principalmente adaptação de atividades propostas em sala de aula regular, realizou-se este estudo buscando, inicialmente, identificar os alunos com síndrome de Down que frequentavam as escolas estaduais por meio de análise de documentos fornecidos pela Oficina Pedagógica da Diretoria de Ensino.

Numa segunda etapa, acompanhou-se um aluno com síndrome de Down (Felipe-nome fictício) e sua professora num ambiente de sala de aula inclusivo, o Ciclo I de uma escola da rede estadual, procurando descrever as adaptações propostas pela professora que pudessem beneficiar a aprendizagem desse aluno. A escola, localizada na zona leste da cidade de um município do interior do estado de São Paulo, foi escolhida arbitrariamente.

Acredita-se que para o professor atender alunos com deficiência intelectual faz-se necessário apoiar-se na literatura especializada, na disponibilidade e na competência. A falta de instrumentos avaliativos e de acompanhamento apropriados têm gerado equívoco que comprometem o desenvolvimento desses alunos (SÃO PAULO, 2008). A esse respeito, São Paulo (2008) também afirma que o diagnóstico não tem sido suficiente para a organização de um currículo que possa atender a pessoa com deficiência intelectual. Para Miura (2008), o professor deve ser o principal mediador/facilitador do processo de aprendizagem da pessoa com deficiência intelectual na escola.

Nesta direção o que se relata a seguir foi o resultado de um trabalho de acompanhamento escolar de um aluno com síndrome de Down cuja proposta da professora foi a de encontrar maneiras de superar os obstáculos que dificultavam a aprendizagem do aluno e, para isso, possivelmente, teve um olhar procurando enxergar o aluno e não a deficiência, tal como recomenda Mendes (2010). Nessa perspectiva, a professora buscou materiais e estratégias diversificadas para atender cada aluno nas suas necessidades educacionais. Para essa prática docente é imprescindível que o professor conheça seu aluno, visando construir elos e interações.

Os comportamentos do aluno e da professora foram filmados e transcritos, utilizando-se a abordagem microgenética. O início das filmagens deu-se no primeiro semestre de 2010, mês de abril, sendo concluídas em fevereiro de 2011, totalizando 19 sessões. O tempo das filmagens variou de 04 a 21 minutos, perfazendo 5 horas, 46 minutos e 40 segundos. A sala de aula, em 2010, contava com 30 a 35 alunos e, em fevereiro de 2011, com 15 a 20 alunos.

A partir das transcrições, leitura e releitura das mesmas, foram extraídas categorias, destacando-se, entre elas, as mudanças que atendessem ao processo de aprendizagem do aluno. Nessa etapa, consultaram-se, também, os registros do semanário³ da professora.

Analisando as atividades propostas em sala de aula, observou-se que foi possível criar contextos inclusivos para o aluno com síndrome de Down.

No Quadro 1, apresenta-se o plano de aula da professora, no qual foram feitas as adaptações necessárias para atender esse aluno.

Quadro 1 Adaptações curriculares para o aluno com síndrome de Down em diversas áreas de conhecimento.

Datas	Área de conhecimento	Atividade proposta aos alunos	Adap. curricular ao aluno com síndrome de Down
24/08/2010	Português - Projeto: Universo ao meu redor	Prod. de texto sobre desmatamento e leitura socializada	Ilustração sobre o tema abordado. Com mediação da professora o aluno relata a ilustração e a professora registra o que o aluno desenhou.

³ Plano de aulas que são ministradas na semana, o qual contempla a rotina diária do docente.

27/08/2010	Livros literários	Roda de leitores – leitura livre e compartilhada - socialização das leituras com a sala	Socialização por meio de intervenções da professora e indagações sobre a leitura: Por que você escolheu esse livro? Mostra a página do livro que mais gostou? Que animal é esse? Como é mesmo o nome do livro? Então a professora diz o nome do livro e Felipe repete. A cada resposta o aluno é parabenizado, com gestos, batendo palmas. Bem como os demais alunos.
06/09/2010	Matemática	Situação-problema com divisão, atividade realizada em duplas	Memorizar o número 5, pintando somente os “cincos” num quadro com diversos números. O objetivo era de que o aluno pudesse reconhecer um número em diversas situações. Realização da atividade com ajuda do colega de dupla.
07/09/2010	Atividade cívica	Desfile dos alunos com a fanfarra da escola	Sem adaptação. O aluno e os demais ensaiaram.
10/09/2010	Matemática	Situações-problema solucionadas em duplas formadas pela professora.	Por meio de um dado o aluno associava quantidade à escrita numérica. Em seguida a professora dava o comando: Desenhe para mim dois peixes! Agora duas balas! Escreva o nome do que você desenhou! Faça três carros! Dentre outros
16/09/2010	Português	Leitura e interpretação de leitura. Avaliação e jogos pedagógicos em grupo	Leitura e interpretação oral com indagações e intervenções feita pela professora. Avaliação adaptada por meio de associação de imagens e palavras. Jogos pedagógicos em grupo com a colaboração dos colegas na participação do mesmo.
01/10/2010	Matemática	Situações de problema – cálculo de área. Os alunos em duplas colaboravam uns com os outros para a solução das situações-problema	Identificar o número de lados das figuras geométricas, juntamente com seu companheiro de equipe. Quando necessário ou solicitado a professora atuava fazendo as intervenções.

Na aula de 24/08/ o tema “Universo ao Meu Redor” foi extraído do material Programa Ler e Escrever (SEE, 2009, p.93), a proposta era a produção de um texto sobre as consequências do desmatamento. Para o aluno com síndrome de Down foi solicitado que fizesse a ilustração a partir do texto lido sobre o desmatamento. Para os demais alunos, quando concluída a produção textual, foram realizadas leituras socializadas. Para Felipe, com a intervenção da professora, socializou-se a ilustração por descrição oral, ou seja, o aluno relatava por desenhos quais eram as consequências do desmatamento.

Na aula de 27/08, o tema era “Roda de Leitores” (na sala de aula existe um espaço em que ficam vários livros da literatura infantil, gibis, revistas e jornais, os quais são

organizados pelos alunos, com ajuda da professora e de um aluno monitor do dia). Os alunos liam e, posteriormente, sentados no chão em círculo, relatavam o que haviam lido, ou seja, recontavam o lido. A adaptação, nesse dia, foi realizada pela intervenção direta da professora.

No momento da socialização, a mesma ia fazendo perguntas para o aluno Felipe, tais como:

Professora: Por que você escolheu esse livro? Mostra a página do livro que mais gostou.

Felipe mostra a p. 14 que continha um dragão. O livro escolhido foi “Os animais fantásticos”.⁴

Professora: Que animal é esse?

Felipe: Dragão

Professora: Como é mesmo o nome do livro?

A professora ao fazer a pergunta já a responde e Felipe repete.

A cada resposta do aluno a professora batia palmas, ou parabenizava-o, bem como aos demais alunos, como sugerido por Alton (2008), Troncoso e Cerro (2004) quando afirmam que a pessoa com síndrome de Down deve ser estimulada a cada situação de aprendizagem adquirida.

Na aula de matemática, 06/09, a proposta era a resolução em duplas de uma situação problema relacionada a questões de adição e subtração. Para o aluno Felipe, sentado também em dupla, a atividade era para memorizar o número cinco, pintando somente os números cinco identificados num quadro que continha uma diversidade de números. Era preciso que o aluno reconhecesse esse número em várias situações. Recebeu a comanda do colega de dupla e, em seguida, realizou a atividade sem intervenção.

No dia 07/09/10, a proposta era atividade cívica e os alunos iriam desfilar com a fanfarra da escola em comemoração ao dia da Independência do Brasil. Não houve adaptação, pois, Felipe e os demais alunos ensaiaram previamente e nesse dia todos desfilaram.

Em 10/09/10, a aula era de matemática, atividade extraída de o livro Programa Ler e Escrever (SEE, 2009, p.273) – “Trabalhando com probabilidade”. A atividade era probabilidade de situações-problema (questão: Experimente agora, lançar o dado 18 vezes). Anote na tabela abaixo quantas vezes cada face saiu, e confronte com a resposta que vocês deram no item 2, solucionada em duplas produtivas formadas pela professora. Felipe, nesse dia, contou com a mediação da professora, que por meio de um dado associava a quantidade à escrita. Em seguida, a professora propunha que ele desenhasse as quantidades, por exemplo: dois peixes, duas balas, três carros, etc.

⁴ LETRIA e LETRIA. **Os Animais Fantásticos**. Editora Petrópolis. São Paulo-SP, 2008, p.14.

Na aula de português de 16/09/10, a professora fez a leitura do poema “Criança”, de Cora Coralina. Em seguida propôs a interpretação do texto por meio de atividade escrita e o aluno Felipe fez uma ilustração. Posteriormente, a professora interpelou-o sobre a ilustração e registrou, abaixo dos desenhos, o que ele entendeu do texto. Após essa atividade, foi realizada avaliação de português e a avaliação de Felipe foi realizada com as devidas adaptações, atendendo ao seu nível de conhecimento. Posteriormente, todos os alunos brincaram com jogos pedagógicos em grupo e, em seguida, em duplas.

Na aula de matemática de 01/10/10, a atividade referia-se a resolução de situações-problema – cálculo de área. A proposta era que os alunos em duplas colaborativas resolvessem as questões. Para Felipe foi solicitado que identificasse o número de lados das figuras geométricas, juntamente com seu colega de dupla e, quando era necessário ou solicitado, a professora fazia as intervenções.

Em todas essas atividades o professor foi capaz de empregar estratégias de ensino e adaptações curriculares apropriadas para o aluno com síndrome de Down dentro de um currículo comum.

A respeito de adaptações curriculares, Marchesi, (2008, p.36) afirma que:

A adaptação do currículo é outra característica relevante. O objetivo da integração não é que os alunos estejam com seus colegas, mas que participem de um currículo comum. Para que tal participação exista, é necessário que os alunos tenham acesso a ele. Isso normalmente exige a adaptação dos conteúdos de aprendizagem, dos métodos pedagógicos e da atenção dos alunos. O problema reside na combinação da diferenciação curricular com o objetivo de que todos os alunos participem de um currículo comum. [...]

Para o autor, a questão da adaptação curricular é um passo importante para a inclusão escolar dos alunos com deficiência e, para que ocorra o desafio, é importante constituir práticas diversificadas baseadas nos princípios de um currículo comum.

Ainda sobre adaptações curriculares, complementa Oliveira (2008, p. 119), ao afirmar que:

A maioria dos alunos com deficiência intelectual pode tirar proveito de um currículo regular com algumas adaptações (ajustes), como: a criação de condições físicas propícias, colocação de alunos em grupo, apoio regular ou especializado, atividades individuais complementares, adequação dos conteúdos, objetivos, critérios de avaliação e o tempo adequado às condições dos alunos.

Nessa citação de Oliveira (2008), os alunos com deficiência intelectual podem se beneficiar do currículo comum, sendo necessário proceder à adaptação dos conteúdos, ao

trabalho em parceria, às atividades complementares e ao respeito do tempo desse aluno durante o processo, como fez a professora participante deste estudo.

Durante a observação das aulas e acesso aos registros do semanário da professora constatou-se que, nas atividades propostas para a classe, ela estabelecia previamente estratégias de ensino adaptadas ao aluno com síndrome de Down, na perspectiva do processo de inclusão escolar.

Aqui é importante lembrar que a escola inclusiva não se restringe à sala de aula. Em todos os espaços, a equipe escolar e pedagógica necessitam garantir recursos para a formação continuada dos seus professores a fim de que possam explorar as potencialidades de todos os alunos. Tais atividades devem se fundamentar numa prática docente que possibilite conhecer os alunos e as suas necessidades para que a aprendizagem tenha significado e contribua para a evolução dessas pessoas, e, em especial, dos alunos com síndrome de Down. Sobre isso, São Paulo (2008, p.32) considera:

O professor deverá explorar todos os canais de conhecimento da criança, sua experiência com o mundo, suas formas de interação e suas maneiras particulares de aprender. O mesmo se dá em relação ao aluno com deficiência intelectual: conhecer sua forma peculiar de se relacionar com o mundo e com o conhecimento. O professor deve ser um observador, apoiado pela equipe pedagógica da escola, que deve possibilitar recursos para melhor organização das condições em que se ensina.

Corroborando Alton (2008), que argumenta que inclusive os funcionários da escola devem saber que os alunos com síndrome de Down obedecem às regras e normas de convivência, como quaisquer outros alunos.

Concluindo, este estudo mostra que é possível e viável o atendimento de alunos com síndrome de Down nas escolas regulares. Demonstrou que as ações pedagógicas da professora foram adequadas e atendeu às necessidades desse aluno, ou seja, o aluno permaneceu em atividades, como os demais colegas da classe, parecendo sentir-se integrado e valorizado pelo grupo.

Acredita-se, como Manzini (2011) e Glat e Pletsch (2010), que as pesquisas em educação devem envolver os agentes escolares e pesquisadores, pois dessa maneira haverá resultados efetivos validados cientificamente e acervo nas academias para consultas dessas práticas inovadoras que possibilitam o avanço na formação de todos os alunos.

Ainda, no cotidiano escolar, os docentes devem basear seu trabalho de ensinar a partir da reflexão crítica, visando se tornarem pesquisadores de sua própria prática. Para isso, faz-se necessário as trocas de experiências, leitura da literatura especializada sobre educação

inclusiva e, em especial de alunos com deficiência intelectual, nos encontros de formação continuada para todos os agentes que integram o contexto escolar.

Com relação às adaptações curriculares acredita-se que são essenciais para que os alunos com deficiências, sobretudo os com deficiência intelectual, possam ser integrados no ambiente de sala de aula inclusiva, como no presente estudo.

REFERÊNCIAS

ALTON, Sandy. **Incluindo alunos com síndrome de Down na escola**. Tradução Patricia Almeida. [S.l.]: Down's Syndrome Association. Distribuição pelo Ministério da Educação britânico. Versão original, em inglês, no site <<http://www.downs-syndrome.org.uk/pdfs/DSA%20A4%2012pp%20Primary.pdf>>. Disponível em: <<http://educaja.com.br/2008/08/incentivo-a-leitura-sindrome-de-down.html>>. Acesso em: 09 out. 2010.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/139952>>. Acesso em: maio 2011.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9.394 – LDBN**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: set. 2010.

DUARTE, Marcia. **Síndrome de Down: situação escolar no ensino fundamental e médio da cidade de Araraquara - SP**. 2008. 171 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar)–Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, SP, 2008.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, Set.- Dez. 2006, v.12, n. 3, p. 299-316. ISSN. 1413-6338. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v12n3/01.pdf> > Acesso em 07 dez. 2011.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **O papel da Universidade no contexto da política de Educação Inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento**. *Rev. Bras. Edu. Esp.*, Santa Maria, v. 23, n. 38, p. 345-356. Set. – Dez.2010. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial> > Acesso em 07 dez. 2011.

HEREDERO, Eladio Sebastian. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: adaptações curriculares. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v.32, n.2, p.193-208, 2010. Disponível em <http://periódicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/viewarticle/9772>. Acesso 11 out.2011. > Acesso em 07 dez. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS – INEP. **Resultado do Censo da Educação Básica 2009**. Brasília, 30 nov. 2009. Disponível: <http://download.inep.gov.br/download/censo/2009/TEXTO_DIVULGACAO_EDUCACENSO_20093.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2011.

MANZINI, Eduardo José. Tipo de conhecimento sobre inclusão produzido pelas pesquisas. **Rev. bras. educ. espec.** [online]. 2011, vol.17, n.1 , pp Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-> >. Acesso em 13/12/2011

MARCHESI, Álvaro. A prática das escolas inclusivas. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Tradução Fátima Murad. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. v. 3, p. 31-48.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da Educação Especial no Brasil. **Revista educación y Pedagogia**, v.22, p.93-110, 2010. Disponível em: <http://revinut.udea.edu.co/index.php/revistaeyp/article/viewarticle/9842>>. Acesso em: 13 out. 2011.

MIURA, Regina Keiko Kato. Considerações sobre o currículo funcional natural – CFN. In: OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; OMOTE, Sadao; GIROTO, Claudia Regina Mosca. **Inclusão escolar: as contribuições da educação especial**. São Paulo: Fundepe, 2008. p. 155-165.

NEVES, Tânia Regina Levada. **Educar para a cidadania: o movimento de auto-advocacia em grupos de pessoas com deficiência mental e paralisia cerebral**. 2011. Disponível em: <www.apaes.org.br/arquivo.phtml?a=3302>. Acesso em: maio de 2011.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de. Currículo e programas na área de deficiência intelectual: considerações históricas e análise crítica. In: OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; OMOTE, Sadao; GIROTO, Claudia Regina Mosca. **Inclusão escolar: as contribuições da educação especial**. São Paulo: Fundepe, 2008. p. 112-127.

OMOTE, Sadao. Inclusão e a questão das diferenças na educação. **Perspectiva**, Florianópolis, v.24, p.251-272, 2006. Disponível em: http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2006_especial/13_Sadao.pdf>. Acesso em 13 out.2011.

SÃO PAULO (ESTADO) Secretaria da Educação. **Ler e Escrever: Coletânea de Atividades**. 4ª série. Adaptação material original, Marisa Garcia, Andréa Beatriz Frigo.2.ed.São Paulo.FDE, 2009.

SÃO PAULO. **Referencial sobre avaliação da aprendizagem na área da deficiência intelectual –RAADI**. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação/Diretoria de Orientação Técnica, 2008.

SOUZA, Carolina de. **A visão do educador especial acerca da inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**, [S.l.], ano 3, n. 39, 2003. ISSN 16788419. Disponível em: <http://www.partes.com.br/ed39/emquestão.asp> . > Acesso em: abr. 2011.

TRONCOSO, Maria Victoria; CERRO, Maria Mercedes del. **Síndrome de Down: leitura e escrita – um guia para pais, educadores e professores**. Portugal: Porto, 2004.

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre princípio político e prática em educação especial. 1994. Disponível em: <http://200.246.225.18/cedipod/salamanc.htm> >. Acesso em: 29 abr. 2009.